



SOLIDARIEDADE

PARLAMENTO

CNIS foi ouvida na Comissão de Economia e Coesão Territorial

MUITAS IPSS AFETADAS PELAS TEMPESTADES



CNIS APELA À SOLIDARIEDADE

ESTADO DE CALAMIDADE



DIA DA CNIS

Proteção social deveria ser um direito constitucional

A CNIS assinalou o seu 45º aniversário com uma sessão na Assembleia da República, onde marcaram presença muitos representantes do Sector Social Solidário, deputados e membros de outras entidades ligadas ao sector e na qual foi apresentado o quinto estudo «Importância económica e social das IPSS em Portugal: Central de Balanços 2022 e 2023».



EDUARDO GRAÇA

Importância da Economia Social exige presença do Estado

O Estado decidiu retirar a sua participação (60%) da CASES, o que lança densas nuvens sobre a instituição. Eduardo Graça, presidente da CASES, em entrevista ao Solidariedade, defende que a Economia Social “não dispensa, mas exige a presença do Estado” na sua promoção e desenvolvimento.



DOIS PRESIDENTES

Líder da CNIS saúda Seguro e despede-se de Marcelo

O Padre Lino Maia fez questão de endereçar mensagens ao chefe de Estado eleito e ao cessante. O presidente da CNIS não esquece nem o percurso nem as origens de António José Seguro e confia nos seus valores humanistas. Na mensagem para Marcelo Rebelo de Sousa, Lino Maia não esquece a consideração e o reconhecimento que sempre manifestou ao Sector Social Solidário.

Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



O retrocesso da integração das comunidades

Portugal não dispõe, há três anos, de uma estratégia para a integração das comunidades ciganas.

Será o único país da União Europeia nesta situação e foi já alvo de reparos agrestes por parte de representantes do Conselho da Europa. Mas o incumprimento das suas obrigações internacionais é o menor dos males desta situação. Os efeitos negativos

são essencialmente internos.

A integração das comunidades ciganas é um desígnio importante de coesão social. Embora representem apenas cerca de 0,5% da população residente, estas comunidades continuam a enfrentar uma exclusão profunda e persistente. Durante séculos foram alvo de discriminação legal. Após a Revolução de Abril o quadro

começou, ainda que lentamente, a modificar-se — mas a exclusão prática manteve-se, perpetuada por medidas discriminatórias e por omissões incompreensíveis do Estado.

A população cigana nómada, em particular, enfrenta grandes dificuldades para se instalar nos seus acampamentos e é, muitas vezes, vítima de comportamentos arbitrários por parte de autarquias e forças policiais. Também os serviços sociais, apesar de progressos significativos nas últimas décadas, continuam a chegar tarde e de forma insuficiente a estas comunidades.

A elevada taxa de pobreza entre a população cigana não é uma inevitabilidade, nem resulta da sua cultura ou origem. É, antes, consequência de uma falha coletiva na integração — falha que tem sempre dois lados e que, como em todos os contextos de exclusão extrema, também se alimenta de mecanismos de autoexclusão. Mas isso não desresponsabiliza o Estado que não integra, nem a sociedade que discrimina.

Portugal não é caso único. A discriminação acompanha os

ciganos em muitas das sociedades em que estão há séculos. Mas nas últimas décadas - com forte impulso de programas do Conselho da Europa - deram-se passos muito significativos.

Contudo, multiplicam-se os sinais de paralisia e retrocesso. O governo de António Costa deixou terminar a estratégia de integração da comunidade cigana 2013-2022 sem a avaliar nem preparar atempadamente a sua sucessora, recorrendo a um expediente de prolongamento de um ano para evitar o vazio que a sua desatenção gerou.

O mesmo governo cometeu um erro grave ao manter a amálgama entre uma minoria étnica discriminada e as migrações no processo de criação da Autoridade para a Integração, Migrações e Asilo. Os ciganos não são migrantes, são cidadãos nacionais, nascidos em território nacional. Portugueses como quaisquer outros. O mesmo, aliás, a todas as comunidades racializadas, que são vítimas desta associação irresponsável do Estado entre combate ao racismo e políticas migratórias,

— associação que reforça, de forma errada, a percepção de que são grupos exteriores à sociedade portuguesa.

Os governos de Luís Montenegro, por sua vez, abandonaram por completo o terreno da integração da comunidade cigana. A avaliação da estratégia anterior nunca foi tornada pública, violando o dever de transparência do Estado. A nova estratégia que dizem ter sido entregue há mais de um ano ao governo, permanece nas gavetas dos gabinetes da Presidência do Conselho de Ministros. As ações no terreno, incluindo o apoio às associações ciganas escasseiam, com novos concursos que ficaram por abrir.

Este é o terreno fértil para um retrocesso grave na integração das comunidades ciganas: Nada de bom resultará da asfixia do tecido da sociedade civil que trabalha pela inclusão.

Neste caso, o populismo nem sequer precisou de vencer eleições para impor a sua agenda. Bastou-lhe condicionar os governos e alimentar um retrocesso que prospera no silêncio de todos nós.

Opinião

Eugénio Fonseca



A missão das IPSS em cenários de calamidades

A prevenção é a melhor medida na resposta a situações de catástrofe, seja qual for a sua natureza. Porém, parece que a cultura que se entranhou na maioria dos setores públicos e privados é a do “desenrascanço”. Somos bons a improvisar e, assim, vamos conseguindo resolver os problemas, mesmo os mais complexos.

Foi o que se passou com as difíceis e imprevisíveis consequências da COVID 19. Só mentes

mal-intencionadas ou ignorantes poderão não considerar quanto foi relevante, e, em algumas situações, até determinante, a colaboração das IPSS. As suas Direções adaptaram determinados serviços ou reinventaram outros. Os trabalhadores, assalariados e voluntários, aumentaram, correndo riscos, na sua dedicação nas tarefas que foram chamados a desempenhar.

O lay-off não se aplicou à solidariedade, porque ela não podia parar ou

ser adiada. O mesmo se pode dizer de outras calamidades, como os fogos florestais que sempre espalham destruição e, até, a morte. Sei do que falo, pois, até 2020, fui protagonista na coordenação nacional de alguns programas de emergência e de recuperação de património perdido. Muitos desses programas eram realizados fora dos holofotes mediáticos.

Eu vi muitas instituições, com a celeridade possível, no terreno, junto das pessoas, satisfazendo necessidades básicas e na reparação ou reconstrução de património fustigado. Também vi gente, movida pela sua emoção, que se deslocava, de forma nada organizada, para os locais das tragédias, doando bens muito úteis e, outros nem tanto. O nosso povo sente-se mais solidário a dar bens do que dinheiro. Compreendo. O que já me perturba é quando o fazem por desconfiança das instituições. Sem pôr em causa o bem que colocam na doação de produtos, penso que os gastos seriam menos onerosos se os mesmos fossem comprados, se possível, na localidade onde ocorrem as calamidades, ou o mais próximo possível. Contribuía-se, assim, para o reforço da economia local e, não seriam

necessários maiores gastos com os transportes. Não é o caso das recentes intempéries, em que faltaram, no local, bens básicos e urgentes.

Mais uma vez, se tornou evidente quão necessária é uma coordenação de todas as operações. Acredito que as Comissões de Proteção Civil, concelhias e distritais, têm o mapeamento de todos os recursos, incluindo das IPSS, disponíveis em caso de uma necessidade, seja qual for, com carácter urgente: espaços cobertos, camas disponíveis, transportes, tendas, vestuário, roupas de cama, produtos de farmácia, número de refeições possível, de trabalhadores assalariados – por categorias – e voluntários, etc...

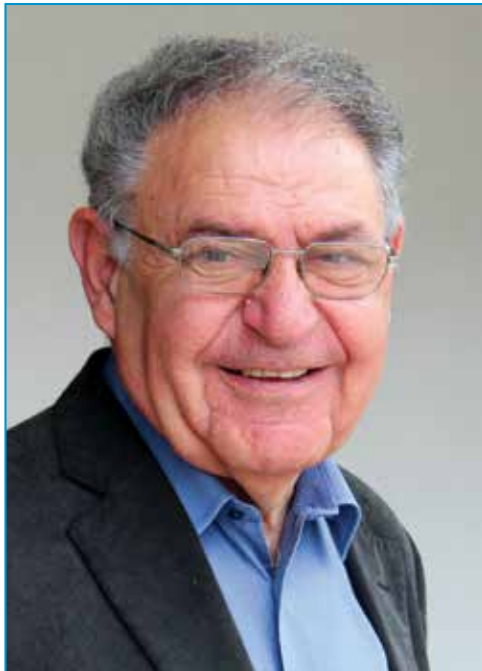
É urgente a criação de uma plataforma, clara e de fácil acesso, pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, em parceria com a Confederação Portuguesa do Voluntariado, para nela se registar quem, nestas situações de crise, pudesse ser contactado pelas Organizações oficiais e particulares para o desempenho das funções necessárias. Evitar-se-ia algum voluntarismo nem sempre eficaz. Cada IPSS deveria ter um stock de bens imperecíveis e de

primeira necessidade, segundo as orientações da respetiva Comissão Concelhia de Proteção Civil. Além disso, poderia providenciar aos seus trabalhadores, assalariados e voluntários, uma ação de formação, pelo menos, anual, sobre como agir em situações de catástrofe. Esta capacitação é fundamental para se fazer bem o que é necessário, em cada tempo, no decurso da emergência.

A tempestade Kristin veio avisar como é importante ter meios de energia alternativos. As instituições, que tivessem meios financeiros, poderiam, ainda, equacionar a possibilidade de adquirir um gerador para utilização própria e de terceiros.

Diz o povo que “a necessidade aguça o engenho”. Em situações de calamidade não confiemos tanto neste ditado, mas num outro que avisa “quem vai ao mar avia-se em terra”.

Finalmente, aproveito para manifestar a minha solidariedade para com as vítimas mortais e todas as pessoas afetadas pela Kristin, bem como o meu agradecimento a todas e todos que estão, no terreno, a tentar minimizar os danos causados. Coragem e esperança!



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Importância económica e social das IPSS

Para uma quantificação atualizada da importância social e económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal a CNIS assegurou o financiamento do Programa Pessoas 2030, medida “capacitação dos membros do CNES” e confiou o estudo à Equipa da ATES - Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto) que o desenvolveu sob a coordenação do Professor Doutor Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes, com a recolha e tratamento de dados pela estrutura da CNIS, concretamente de Dr. Francisco Rocha, e a assessoria da Dra. Palmira dos Santos Macedo. O estudo atualiza para 2022 e 2023 a Central de Balanços das IPSS.

Principais resultados:

Em 2022 e 2023, as percentagens de IPSS com **resultados líquidos negativos** foram de 33,81% e 40,88% na amostra de 565 IPSS e de 33,90% e 40,90% na amostra maior (1000 IPSS).

Nesses anos, as percentagens de IPSS com **resultados negativos antes de encargos financeiros, impostos e depreciações e amortizações** foram de 16,46% e 23,19% na amostra de 565 IPSS e de 18,30% e 22,60% na amostra maior.

A percentagem das **mensalidades** no total dos rendimentos que registou uma tendência de **subida até 2019, para cerca de 32% na amostra maior, inverteu essa tendência baixando**

para 28,99% em 2023 nessa amostra, na sequência de uma descida durante a pandemia do COVID 19.

A percentagem das **comparticipações da Segurança Social** no total dos rendimentos, que andou entre 38% e 39% nos anos de 2016 a 2019, passou para **níveis um pouco superiores a 41% a partir de 2020**, o que se pode ter ficado a dever às melhorias conseguidas desde 2019 nos acordos relativos ao financiamento público das IPSS.

A percentagem dos **subsídios à exploração por parte de outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos** (principalmente o Ministério da Educação e o IEFP) no total dos rendimentos também aumentou até 2021, tendo vindo a diminuir desde então para um valor de **6,4%** em 2023, na amostra maior.

A percentagem dos **subsídios à exploração por parte de autarquias locais** é muito baixa, mas tem tido uma tendência de crescimento, atingindo **1,96%** em 2023, na amostra maior.

As **contribuições voluntárias da sociedade civil** têm tido uma ligeira tendência de crescimento (5,19% em 2017 e 5,83% em 2023, na 2.ª série), mas continuam a constituir uma **percentagem pequena** do total dos rendimentos das IPSS.

Os **outros rendimentos** têm tido uma tendência de **diminuição**, vindo de mais de 17% em 2016 para percentagens entre os 15% e os 16% nos anos de 2022 e 2023.

A **pandemia do COVID 19 teve impacto na estrutura do rendimento das IPSS que tem perdurado depois disso**, com um aumento da percentagem do rendimento total correspondente a financiamento público, um muito pequeno aumento das contribuições voluntárias privadas e uma redução da percentagem das mensalidades no rendimento total.

Os **gastos com pessoal** são os que têm **maior peso relativo no total dos gastos operacionais (quase dois terços)**, com uma **tendência de crescimento** deste indicador até 2020, seguida de uma diminuição até 2022, com retoma do crescimento em 2023.

Os **encargos sociais** que integram os gastos de pessoal correspondem a um pouco mais de **10%** do total dos gastos operacionais, tendo esta percentagem vindo a subir, como parte da tendência de crescimento do peso relativo do total dos gastos de pessoal.

Os **fornecimentos e serviços externos** são a componente

com o segundo maior peso relativo no total dos gastos operacionais, tendo este peso relativo tido uma tendência de **declínio** no período 2016/2021, passando de um pouco mais de 22% até 2019 para um **pouco mais de 20%** a partir de 2020.

A terceira componente com mais peso relativo nos gastos operacionais é o **custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas** que tem andado em torno dos **10%**, com uma ligeira **tendência de diminuição** até 2021 e uma tendência de aumento a partir daí.

Nas IPSS **não houve quebra da produtividade do trabalho em resultado da pandemia**, o que não foi o caso do conjunto das empresas não financeiras, embora nestas tenha havido uma recuperação depois disso.

Quanto às remunerações médias por trabalhador, no período em análise, a tendência tem sido de haver um **crescimento maior no conjunto das empresas não financeiras do que nas IPSS, o que não favorece o recrutamento de trabalhadores de que estas organizações possam precisar**.

Calculando quais são as percentagens que as mensalidades pagas pelos utentes e as participações da Segurança Social representam no custo total de cada resposta social, observou-se o seguinte no período de 2019 a 2023:

Nas **ERPI** os utentes pagam cerca de 55% ou mais do custo e a Segurança Social cerca de 33%;

Nos **SAD** os utentes pagam cerca de um terço do custo e a Segurança Social cerca de dois terços;

Nos **Centros de Dia** a parte relativa dos utentes e da Segurança Social na cobertura dos custos tem oscilado, mas o conjunto das duas tem ficado bem aquém do necessário para viabilizar economicamente esta resposta.

Vindo de uma situação até aos anos 70 em que a percentagem de população idosa era inferior à que existia no conjunto dos países da OCDE e da União Europeia, Portugal ultrapassou-os neste aspeto e **vai prosseguir nessa trajetória durante os próximos 25 anos**.

As **zonas do interior** são aquelas onde este problema do envelhecimento da população tem mais incidência.

No que se refere a cuidados formais da população idosa dependente, as IPSS são as **entidades que, de longe, mais se destacam** nesse tipo de resposta social, com **73,79% da capacidade instalada nas ERPI, 83,06% nos Serviços de Apoio Domiciliário e 95,87% nos Centros de Dia**.





PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO DIA DA CNIS

O Estado não deve deixar as IPSS desamparadas

A CNIS assinalou 45 anos de existência com uma cerimónia na Assembleia da República, que contou com as presenças de José Pedro Aguiar-Branco, presidente do Parlamento, e Clara Marques Mendes, secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, entre muitas outras pessoas.

A Sala do Senado encheu-se de representantes do Sector Social Solidário e de alguns deputados de diversos partidos para celebrarem o Dia da CNIS, que teve como momento de destaque a apresentação do quinto estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços 2022 e 2023», a cargo de Américo Mendes, docente da Universidade Católica e coordenador do estudo.

Na abertura da sessão, o presidente da Assembleia da República começou por lembrar que “as instituições sociais são parceiras do Estado e indispensáveis à política social”, acrescentando: “Não é por acaso que a nossa Constituição consagra o princípio da subsidiariedade. Um princípio antigo, que nos diz que os problemas devem ser resolvidos com respostas de proximidade. Respostas locais. Com pessoas que conhecem o terreno e sabem o que é necessário. Respostas estruturadas. Que envolvem as comunidades locais. Respostas com apoio público, estatal e municipal, mas que nascem da sociedade civil e mobilizam os cidadãos”.

“No entanto, são ainda excessivamente dependentes das transferências da Segurança Social e o Estado não deve deixar as instituições sociais desamparadas. Deve apoiar o seu trabalho. Investir na sua capacitação.

Garantir previsibilidade, estabilidade e condições dignas de funcionamento”, defendeu o presidente do Parlamento, sublinhando: “Ao mesmo tempo, as instituições sociais têm de se enraizar, cada vez mais, nas suas comunidades locais. Promover respostas cooperativas, angariações de donativos, contribuições voluntárias e relações de mecenato. Fontes de financiamento que reforçam a autonomia, a liberdade e a sustentabilidade das instituições. E que as tornam mais sensíveis ao seu próprio contexto social”.

“De norte a sul do país, há milhares de instituições particulares de solidariedade social: lares e centros de dia, jardins de infância e creches, respostas de cuidados paliativos e estruturas de apoio aos imigrantes, centros de convívio e serviços de apoio domiciliário, associações de apoio às pessoas com deficiência e centros de acolhimento temporário. Estruturas maiores ou mais pequenas. Laicas ou religiosas. Diferentes nas formas, mas unidas no propósito: servir o bem comum”, sublinhou Aguiar-Branco, ressaltando o bom trabalho que desenvolvem, algo que comprovou recentemente numa visita ao Refúgio Aboim Ascensão.

Após agradecer a importância do “trabalho diário, empenhado e atento” das IPSS, José Pedro Aguiar-Branco terminou com uma referência ao trabalho que a CNIS ia apresentar: “Oferecer este estudo ao país é mais um ato de serviço público da CNIS. Apresentá-lo no Parlamento é uma forma de o colocar diretamente ao dispor dos senhores deputados. A Assembleia da República é a vossa Casa. A Casa da democracia. A Casa de



todos os portugueses e, por maioria de razão, a Casa de quem cuida do bem comum”.

Por seu lado, o padre Lino Maia reforçou esta ideia, sublinhando “a importância da CNIS celebrar o seu dia e apresentar o estudo da importância económica e social das IPSS na icónica sede da democracia”, lembrando, antes de traçar um breve retrato da história da CNIS desde a sua fundação, que “neste dia do 45º aniversário da CNIS há mais de 5.600 IPSS [3.106 IPSS associadas da CNIS], há mais de 750.000 pessoas apoiadas pelas IPSS, há mais de 300.000 trabalhadores dedicados à proteção social nas IPSS, há mais de 50.000 dirigentes que abraçam a missão das IPSS de privilegiarem os mais carenciados, mais de 10% da população portuguesa

diretamente envolvida nas IPSS e muito mais em comunhão”.

Indo de encontro às palavras antes proferidas por José Pedro Aguiar-Branco, o presidente da CNIS alertou que este é “um sector que se confronta diária e sistematicamente com a sua insustentabilidade, pelo que, no mínimo, exige o cumprimento do compromisso do 2º Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social em que o Estado se compromete a suportar 50% dos seus custos”.

Aproveitando o facto de estar na Assembleia da República, o padre Lino Maia reforçou uma reivindicação antiga da CNIS: “É um Sector que abraça a missão da proteção social. Proteção social que deveria ser um direito universal consagrado no artigo

63 da Constituição da República Portuguesa”.

O presidente da CNIS relevou o facto de as IPSS “são organizações de uma comunidade que se envolve e não se desmobiliza e que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contraciclo, se comparada com os outros sectores tradicionais da economia e com outras sociedades”, defendendo que “são economia que não mata, mas que salva, porque é de pessoas e para as pessoas, com abordagem mais humanista, mais próxima e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, para os que vivem em situações de maior fragilidade social”.

E, segundo o líder da CNIS, é para ter um retrato o mais fiel possível da importância do Sector Social Solidário no país que a Confederação assegurou a continuidade do estudo que apresentou no Parlamento.

“Para uma quantificação atualizada da importância social e económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal, a CNIS assegurou o financiamento do Programa Pessoas 2030, medida capacitação dos membros do CNES, e confiou o estudo à Equipa da ATES - Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto)”, que o desenvolveu sob a coordenação de Américo Mendes, com a recolha e tratamento de dados pela estrutura da CNIS, concretamente por Francisco Rocha, e a assessoria de Palmira Macedo.

Já Clara Marques Mendes, que tomou a palavra após Américo Mendes apresentar as linhas gerais do quinto estudo «Importância económica e social das IPSS em Portugal: Central de balanços 2022 e 2023» [ver edição Janeiro 2026 do Solidariedade], referiu que “se o estudo fosse sobre os últimos dois anos, os dados seriam muito melhores”, lembrando que, atualmente, a cooperação “está nos 41%”.

“Vamos continuar a trabalhar de forma articulada com as instituições como desde a



primeira hora”, defendeu a governante, lembrando que “o Sector Social presta um serviço público e não deixa ninguém para trás, como se viu na Covid-19”.

Por outro lado, Clara Marques Mendes destacou uma das primeiras ações do ministério que integra, que foi a criação do grupo de trabalho para calcular os custos das respostas sociais, porque “dar previsibilidade às instituições” é o objetivo do Governo.

Por fim, a secretária de Estado referiu que “as instituições queixam-se das exigências, mas a Segurança Social aplica a lei”,



sugerindo um “olhar para toda a legislação para torna-la mais objetiva”.

Em 2027, o Dia da CNIS será, por certo, assinalado de forma bem diferente, uma vez

que janeiro de 2027 será mês de Congresso Eleitoral da Confederação.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

ORDEM DE MÉRITO

Presidente da República condecora a CNIS

Na cerimónia que assinalou o 45º aniversário da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, que decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República, neste dia 15 de janeiro, o padre Lino Maia revelou que, dois dias antes, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que está em final de mandato, atribuiu a Ordem de Mérito à Confederação, um gesto que demonstra o reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo de mais de quatro décadas.

No final da sua intervenção na cerimónia que assinalou os 45 anos da CNIS, o padre Lino Maia fez o anúncio, momento bastante ovacionado: “Agora, anuncio que em 13 de janeiro de 2026, o Senhor Presidente da República condecorou a CNIS com a Ordem de Mérito”.

Na mesma sessão, a secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, considerou que a atribuição da Ordem de Mérito “é um reconhecimento justo e merecido”.

Segundo a Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas, a “Ordem do Mérito destina-se a galardoar atos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, que revelem abnegação em favor da coletividade”.



AAJUDE, MATOSINHOS

Novo Centro Comunitário prestes a abrir

A Associação de Apoio à Juventude Deficiente (AAJUDE) prevê a abertura, este mês de fevereiro, de um novo polo de intervenção social em Matosinhos, destinado a apoiar 160 utentes e a criar cerca de 30 postos de trabalho.

Com um investimento de cerca de quatro milhões de euros, o novo equipamento integra um Centro Comunitário com capacidade para até 100 pessoas/mês, um Lar Residencial para 30 utentes e um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) para 30 utentes.

O novo Centro Comunitário disponibilizará terapias e atividades especializadas a pessoas que não conseguem aceder a estes serviços na comunidade. Para além de uma sala ampla multifuncional destinada a atividades físicas, expressão dramática, dança e iniciativas comunitárias, espaço contará com

salas dedicadas a fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, terapia da fala e linguagem, enfermagem e animação sociocultural.

O Polo II da AAJUDE, que, entre auxiliares de ação direta, técnicos, terapeutas e psicólogos, integrará cerca de 30 novos trabalhadores, começou a ser construído em janeiro de 2024, estando a sua entrada em funcionamento prevista para fevereiro. Por outro lado, o Centro Comunitário só deverá estar pronto em março.

Para além dos fundos próprios da instituição, o novo equipamento conta com apoio financeiro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da Câmara Municipal de Matosinhos, contando ainda com o apoio do Prémio BPI Capacitar e do Programa Caixa Social 2024.

A AAJUDE conta ainda, numa fase futura, criar um polo de integração profissional para pessoas com deficiência mental.

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA GLÓRIA DO RIBATEJO

Inaugurada nova ERPI com capacidade para 36 utentes

O Centro de Bem-Estar Social da Glória do Ribatejo inaugurou, no passado dia 24 de janeiro, uma nova ERPI, que resulta de um investimento global de 2,5 milhões de euros destinado a reforçar uma resposta social que, mesmo assim, continua a ser deficitária no concelho de Salvaterra de Magos.

Começando por lembrar que o concelho “tem muito poucas estruturas” para pessoas idosas, Rogério Monteiro, presidente da instituição, sublinhou que o novo equipamento “vai resolver parte do problema” com as necessidades que são “transversais a toda a Lezíria do Tejo”.

“Este é um projeto estruturante do Sector Social Solidário” não só para a freguesia de Glória do Ribatejo, mas para toda a região, onde a oferta de vagas em ERPI “é muito reduzida”.

O novo equipamento tem capacidade para 36 utentes, mas está preparado para “expansão futura com relativa facilidade”.

“O Sector Social é um parceiro do Estado, está a dar respostas em substituição do Estado, por isso, o Estado não pode falhar com as instituições”, começou por afirmar Clara Marques Mendes, secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, sustentando que o governo tem tentado mitigar os “desequilíbrios na cooperação” e lembrando que “que em 2025 se registou o maior aumento de sempre” nas transferências do Estado.

Reforçando a necessidade de encontrar respostas adequadas para que as pessoas possam permanecer em casa, Clara Marques Mendes defendeu “um apoio domiciliário mais abrangente, com acompanhamento adequado, porque isto não é para as instituições, é para as pessoas”.

“Hoje assinalámos um momento verdadeiramente marcante na história do Centro de Bem-Estar da Glória do Ribatejo”, com a inauguração de um equipamento que é “um espaço de cuidado, dignidade, conforto e bem-estar”.



eSOCIAL INFÂNCIA

by F3M

participe no

HEALTH TALKs

by F3M

— BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR

CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIA

- Planificação simples e integrada
- Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- Avaliação automática com base no que regista
- Comunicação segura e privada com as famílias

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

Melhoria contínua na prestação de cuidados





saiba mais em www.f3m.pt

COMISSÃO PARLAMENTAR DE ECONOMIA E COESÃO TERRITORIAL

CNIS relata constrangimentos das IPSS com a reprogramação do PRR

No passado dia 20 de janeiro, por iniciativa do Partido Socialista, a CNIS esteve presente na Comissão Parlamentar de Economia e Coesão Territorial para abordar as implicações de reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nas IPSS.

Com a colaboração das instituições associadas, a CNIS conseguiu elaborar um roteiro de casos concretos, do Minho ao Algarve, que demonstra diversas dificuldades sentidas no terreno, nomeadamente ao nível da burocracia, da demora nas respostas, do atraso no reembolso do IVA e da mobilidade verde.

Representada por Alfredo Cardoso, membro da Direção, a CNIS levou até à Assembleia da República uma resenha de constrangimentos que 32 instituições associadas estão a viver com as suas candidaturas ao PRR, “casos concretos, em jeito de amostragem, do Minho ao Algarve”.

A CNIS convidou todos os grupos parlamentares presentes a visitar, nas suas deslocações fora do Parlamento, as instituições que constam do referido roteiro.

A audição da CNIS foi “muito

dura”, com os diversos partidos políticos a digladiarem-se argumentativamente, tendo a CNIS acabado por ser “o elemento de coesão”.

“No final, todos se puseram de acordo e já há reflexos disso”, relatou Alfredo Cardoso, revelando que “o Centro Social Paroquial de Delães, em Vila Nova de Famalicão, já recebeu a visita de um deputado do PSD no sentido de solicitar e preparar uma visita da secretária de Estado da Ação Social e Inclusão à instituição”.

Alfredo Cardoso aproveitou a audição para informar os deputados que “a CNIS é membro efetivo nos Comités de Acompanhamento das diversas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e, em outubro de 2025”, em resposta às consultas escritas promovidas pelas CCDR, “não deu a sua aprovação às propostas apresentadas”.

“Ao incluir no mesmo contexto a melhoria da competitividade da defesa, da segurança, o apoio às regiões fronteiriças orientais, a habitação a preços acessíveis, a resiliência hídrica e a transição energética, pretende-se confundir os destinatários. Objetivos justos, que isoladamente mereceriam o nosso apoio, mas



combinados com objetivos estratégicos à escala europeia, não auguram nada de bom. Consideramos perigosa a alusão ao reforço da capacidade de resposta a despesas globais com a defesa e segurança e a tomada de medidas para garantirem a sustentabilidade orçamental a médio prazo do sistema de pensões”, afirmou o dirigente da CNIS, lendo parte da

argumentação usada.

À audição parlamentar seguiu-se, dias depois, uma reunião com o ministro da Economia e Coesão Territorial, Castro Almeida, na qual a CNIS voltou a sublinhar que “tem-se batido nas CCDR pela criação de uma plataforma própria para o Sector Social Solidário”, no entanto, “o ministro reencaminhou

a questão para o secretário de Estado do Planeamento e para a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social”, revelou Alfredo Cardoso, lamentando que a não criação de uma vice-presidência nas CCDR relativa à Segurança Social, como as criadas para a Agricultura, Saúde e Educação, deu-se ao “desinteresse da ministra”.

PROJETO CNIS

Avaliação externa necessita da participação das associadas

A CNIS tem em curso o Projeto CNIS – Capacitar, eNvolver, Inovar e Solucionar, no âmbito da Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social membros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), financiado pelo PESSOAS 2030.

Sendo a avaliação externa das atividades do projeto obrigatória pela autoridade de gestão do Pessoas 2030 e imprescindível para a melhoria do trabalho desenvolvido, assim como para a concretização dos indicadores de realização contratualizados, a CNIS apela à participação de todas as associadas.

A Quaternaire, entidade avaliadora externa contratada para a realização da avaliação do Projeto CNIS, contactará as instituições associadas da Confederação, para resposta a um breve inquérito, confidencial, cujos resultados serão exclusivamente utilizados no âmbito do Projeto CNIS.

Recorde-se que se incluem neste Projeto CNIS, o Gabinete de Apoio Técnico/ Departamento Técnico para robustecimento da capacitação institucional da CNIS; a Plataforma ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Sector Solidário, dedicada à promoção do trabalho em rede; a Central de Balanços; o Gabinete de Auditoria para a realização de auditorias económico-financeiras; ou os Cursos de Gestão para Dirigentes.

MAPEAMENTO DA RESPOSTA DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Afinal, há é falta de Casas de Acolhimento no país

Está a decorrer o mapeamento da resposta social de Acolhimento Residencial, sendo que a meta assumida, pela União Europeia, é que, em 2030, as Casas de Acolhimento só devam ter 1.200 crianças.

Numa reunião com a adjunta da secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, esta informou a CNIS de que “haveria 25 Casas de Acolhimento a mais” no país.

Números de dezembro de 2025 indicam que há 4.535 crianças em Acolhimento Residencial, num total de 7.055 vagas e uma lista de

espera de 155 petizes, sendo que 75 destes necessitam de uma resposta mais específica em termos de saúde mental.

No entanto, perante a nova modalidade da resposta social, apenas, com 15 utentes, conclui-se que são necessárias é mais Casas de Acolhimento.

“A solução não é reduzir o número de Casas de Acolhimento, mas qualificar e, eventualmente, aumentar”, defende a CNIS, lembrando que “30% da capacidade das Casas de Acolhimento não está a ser utilizada”.

Perante a crítica de que há instituições que recusam o acolhimento de algumas crianças, a CNIS é clara: “Querem passar a ideia de que o Estado paga a capacidade e não a frequência”.

Entretanto, prosseguem os trabalhos para definir os custos por utente, tendo a CNIS e o ISS optado pelo caminho de encontrar separadamente os custos de funcionamento e os custos com recursos humanos, sendo que os dois são indissociáveis para o funcionamento da resposta social.

INSTITUIÇÕES MANTIVERAM SERVIÇOS APESAR DOS FORTES CONSTRANGIMENTOS

Depressão Kristin deixa rasto dev

A depressão Kristin passou por Portugal, na noite de 27 para 28 de janeiro e deixou um vasto rasto de destruição na Zona Centro do País, atingindo com especial impacto os distritos de Leiria, Coimbra, Santarém e também Castelo Branco.

A chuva intensa, mas especialmente o vento, com rajadas que chegaram aos 200 km/hora em alguns pontos, provocaram mortes, feridos, desalojados e deixou milhares de pessoas sem eletricidade e comunicações.

O Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) classificou a Kristin como uma ciclo-génese explosiva, que é o rápido agravamento (intensificação) de uma área de baixa pressão em latitudes médias. O fenómeno também é conhecido como bomba meteorológica ou ciclone bomba.

Muitas IPSS situadas nas zonas afetadas também sofreram danos, à semelhança de particulares e empresas e de muitos espaços públicos, uns mais graves do que outros. Mesmo assim, e apesar das dificuldades, as instituições funcionaram dentro do possível, mantendo o apoio aos seus utentes.

E se as respostas à infância reabriram, na maioria dos casos, logo após o fim-de-semana, as valências de apoio aos mais velhos sofreram constrangimentos impactantes.

Muitos Centros de Dia funcionaram condicionados e só para situações mais complexas e os Serviços de Apoio Domiciliário foram fortemente afetados, tendo sido assegurados dentro das possibilidades de cada instituição, principalmente as refeições, sendo que muitas das vias estiveram cortadas devido, especialmente, à queda de árvores.

Provavelmente, o distrito mais afetado terá sido o de Leiria, com a própria cidade a ser bastante fustigada, tendo ainda, passadas duas semanas do evento meteorológico, graves problemas para recuperação de telhados e muitos trabalhos de limpeza do espaço público, mas também de reposição da eletricidade e das comunicações.

Esta foi aliás a primeira dificuldade que Carla Verdasca, presidente da UDIPSS Leiria, enfrentou.

“Assim que aconteceu o que aconteceu, de terça para quarta-feira, ficámos todos incontactáveis. Até nós, UDIPSS, conseguirmos perceber a dimensão disto tudo, quer com a Segurança Social, quer com outras entidades, foi terrível, porque não conseguíamos contactar ninguém”, conta, revelando que “só na sexta-feira é que houve rede em algumas zonas”.

“A nossa primeira dificuldade foi ter informação. Quando na sexta-feira percebemos que já era possível contactar as instituições, procurámos saber como estavam as associadas, porque também não conseguíamos ir ao terreno, porque havia

muitas estradas por onde não era possível passar”, recorda, sustentando que a Segurança Social cedo foi para o terreno: “A Segurança Social fez visitas às IPSS que têm resposta residencial e perceberam que a necessidade emergente eram os geradores para as instituições poderem funcionar, mas também água potável e ainda, em alguns casos, refeições quentes e toalhetes, porque não havia água. E a primeira resposta para todas foi a entrega de geradores”, revela Carla Verdasca, considerando que, “nesse sentido, houve uma rápida resposta, porque nenhuma instituição teve de fechar portas”.

No geral, e não apenas no distrito de Leiria, os principais danos sofridos pelas IPSS foram ao nível dos telhados, recreios e espaços exteriores, janelas e persianas, painéis fotovoltaicos, carrinhas, quadros elétricos, equipamento de cozinha e mobiliário, entre outros.

Em consequência, muitas ficaram sem eletricidade, água, comunicações, o que tornou muito difícil o funcionamento, em especial das valências residenciais.

“As respostas de infância fecharam até terem eletricidade ou a Proteção Civil autorizar a reabertura e assim aconteceu passados dois, três dias. A maior parte teve o aval das autoridades. Percebi que na segunda-feira a maior parte ia abrir”, refere a presidente da União de Leiria, acrescentando: “Em termos das instituições com respostas residenciais, a partir do momento que passaram a ter gerador, as necessidades passaram a ser o combustível e, em algumas situações, a água potável”.

E se a passagem da depressão Kristin castigou fortemente as instituições, a situação continua muito complicada, porque não para de chover e não é possível reparar os telhados reparar, “para além da falta de mão-de-obra para fazer essas reparações”.

Também no distrito vizinho de Santarém, a UDIPSS quis, desde cedo, perceber o que se passara com as suas instituições.

“Desde os primeiros momentos, a UDIPSS Santarém esteve em contacto direto com as instituições associadas, recolhendo informação sobre os impactos verificados no terreno. Embora algumas IPSS não tenham sido afetadas, um número relevante registou prejuízos materiais graves e constrangimentos operacionais sérios, principalmente no norte do distrito”, deu conta Luís Jacob, presidente da União escalabitana, numa carta dirigida ao Solidariedade, onde acrescenta: “Entre os principais problemas identificados encontram-se destelhamentos extensos, queda de árvores sobre edifícios, destruição de claraboias, painéis fotovoltaicos e coberturas, infiltrações, rachas em paredes, danos em parques infantis, anexos e viaturas essenciais ao transporte de utentes. Em



vários casos, as instituições ficaram temporariamente sem eletricidade, água, internet e comunicações, tendo recorrido a geradores insuficientes para garantir o funcionamento normal das respostas sociais, muitas vezes com dificuldades no acesso a combustível”.

E, na verdade, o combustível para os geradores é já um enorme problema para as instituições que necessitaram daqueles equipamentos para poderem funcionar, porque, para além de todos os outros, tem sido um avultado custo com que as instituições não contavam.

“A questão do combustível para os geradores é problemática, porque há instituições que estiveram mais de uma semana a funcionar com geradores, o que gerou um custo muito grande com combustível”, relata Carla Verdasca.

Também Luís Jacob considera que, “para além dos danos físicos, as IPSS enfrentam agora encargos financeiros muito elevados para poderem retomar a normalidade”. “Reparações urgentes, substituição de equipamentos, custos acrescidos com água, gás, eletricidade, combustível, alimentação e horas extraordinárias dos trabalhadores estão a gerar sérias dificuldades de tesouraria. Muitas destas despesas não se encontram totalmente cobertas por seguros, colocando em risco o equilíbrio financeiro de instituições que já operam com margens muito reduzidas”, lê-se na missiva enviada

à redação pelo presidente da UDIPSS Santarém. Esta preocupação é extensível à União Distrital de Coimbra, onde diversas instituições foram fortemente afetadas. Gil Tavares, presidente da UDIPSS conimbricense, refere que “a União já contactou as instituições associadas para fazer um apanhado dos danos causados pela depressão Kristin”.

Há instituições com danos bastante avultados e, consequentemente, com gastos extraordinários que só vão agravar situações económico-financeiras já de si frágeis.

“A UDIPSS Santarém está a articular com a Segurança Social e com outras entidades, no sentido de encontrar respostas rápidas e adequadas. Considera, no entanto, essencial que sejam ativados mecanismos excecionais de apoio às IPSS afetadas, compatíveis com a dimensão dos prejuízos e com o papel absolutamente insubstituível que estas instituições desempenham no território”, argumenta Luís Jacob.

Já Carla Verdasca apelida a situação de “catástrofe”, considerando que “tem de haver medidas para as instituições como houve para os particulares e as empresas e têm de ser sem grandes complicações”.

“Tenho o reporte de uma instituição em que os danos não eram muitos no telhado, mas, como não para de chover, já lhe começou a pingar em alguns quartos. Mas isso é a realidade de todos

Devastador nas IPSS da Zona Centro



nós nas nossas casas. O telhado até pode ter sido consertado com uma lona, mas, entretanto, com as infiltrações, a tinta dos tetos já está a empolar. Bastou a chuva daquela noite para as infiltrações começarem a surgir”, relata a líder da UDIPSS Leiria, deixando um alerta: “Neste momento, o pensamento é reparar, mas as instituições vão ter problemas nas infraestruturas por causa das infiltrações. Por isso é que esses apoios do Estado também têm de precaver essas situações. Não sei se a resposta vai ser rápida ou não, nem se as instituições têm fundo de maneo ou não, porque muitas têm situações financeiras complicadas. Aliás, não sei como é que vão pagar faturas de mais de uma semana de combustível para o gerador. Também para estes gastos extraordinários terá de haver ajudas”.

Através de uma Resolução do Conselho de Ministros, o Governo já avançou com apoios aos afetados.

Entretanto, a solidariedade já começa a fazer-se sentir e, “face aos gastos elevados com combustível para os geradores e com as reparações, as instituições deram nota que donativos monetários eram bem-vindos, podendo as pessoas contactar a IPSS a quem queiram doar, através da União Distrital”, avança Carla Verdasca, que dá conta da dificuldade em avaliar em concreto as necessidades imediatas das instituições: “Isto é um dia de cada vez, porque hoje uma instituição não



tem energia elétrica, mas amanhã já tem, o que precisam num dia, já não precisam no outro a seguir, o que ontem não precisavam, hoje precisam. Também para nós é difícil dar uma lista das necessidades, porque amanhã já está desatualizada”.

Por outro lado, a UDIPSS Porto contactou a congénere leiriense disponibilizando-se para fazer uma sessão de esclarecimento gratuita a todas as associadas da União de Leiria sobre as ajudas que o Governo disponibilizou para as IPSS, para que as instituições possam saber o que têm de fazer para aceder a esses apoios.

“Este tipo de ajuda também é importante numa situação como a nossa”, refere.

Luís Jacob, na nota enviada ao Solidariedade, relevou o facto de muitas IPSS terem assumido “um papel central no apoio à comunidade em geral, garantindo refeições, banhos quentes e apoio logístico à população afetada, a cantinas sociais,

bombeiros, Exército, Proteção Civil e funcionários municipais, durante longos períodos diários, muitas vezes com equipas em situação de grande exaustão”.

Importa salientar que as instituições, apesar dos fortes constrangimentos, só continuaram a funcionar e a apoiar os seus utentes porque dirigentes, trabalhadores e voluntários assim o permitiram, mesmo tendo sofrido nas próprias casas os devastadores efeitos da tempestade.

Entretanto, à data que escrevemos este texto, já lá vão duas semanas após a passagem da depressão Kristin e a chuva continua intensa e persistente, tendo-se estendido a outras zonas do país, tendo já provocado muitas inundações, deslizamento de terra, corte de estradas e mais devastação.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)

CNIS apela à mobilização solidária

Na sequência da intempérie que assolou a Zona Centro do país no dia 27 de janeiro, provocando uma situação de calamidade com impactos severos em comunidades, habitações e infraestruturas locais, a CNIS apelou à mobilização solidária.

“Pela sua natureza e pelos valores que as orientam, a ajuda mútua e o compromisso com as comunidades”, a CNIS entende que “as IPSS estão particularmente bem posicionadas para dar uma resposta concertada com as necessidades no terreno”.

Neste sentido, foram identificadas como prioritárias as seguintes formas de apoio:

- Água e bens alimentares não perecíveis;
- Equipamentos essenciais ao restabelecimento de condições mínimas de funcionamento.

A disponibilidade para apoiar deverá ser manifestada junto da IPSS de proximidade, aconselha a CNIS, acrescentando: “Caso o apoio se concretize através de contributos monetários, essa intenção deverá igualmente ser sinalizada junto da IPSS mais próxima”.

A CNIS acredita que “uma solidariedade articulada poderá fazer uma diferença significativa neste momento crítico, reforçando o papel do sector enquanto agente ativo de coesão social e territorial”.

O país, em geral, e, muito especialmente alguns distritos, estão a enfrentar condições muitíssimo adversas e demasiadamente prolongadas.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social também se confrontam com mais estas muito adversas condições.

Os dirigentes das IPSS têm redobrado esforços para ultrapassar as dificuldades, para preservar os seus utentes e para minorar as adversidades nas comunidades.

“Como sempre, os trabalhadores das instituições tudo estão a fazer para que continuem a ser prestados todos os serviços e os melhores cuidados aos utentes nas várias respostas sociais. Também estão a alargar às comunidades a sua solicitude assim favorecendo a esperança em condições tão difíceis”, afirma a CNIS.

ABEI – ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR INFANTIL, VILA FRANCA DE XIRA

Aprovação do Processo Especial de Revitalização é lufada de ar fresco

A Associação de Bem-Estar Infantil (Abei), sediada em Vila Franca de Xira, viveu num passado recente grandes dificuldades financeiras, mas, segundo uma nota enviada à redação do Solidariedade, “uma verdadeira ‘lufada de ar fresco’ garante a continuidade de uma das maiores associações do Sector Social do Concelho de Vila Franca de Xira”.

Face às graves dificuldades económico-financeiras, no final de 2025, a Abei “logrou com sucesso a aprovação de um Processo Especial de Revitalização (PER), abrangendo a negociação de créditos de 4,5 milhões de euros, com recurso a um novo financiamento bancário”, o que “garante a liquidação integral e imediata das obrigações em dívida ao Estado e a liquidação parcial e imediata das obrigações em dívida a entidades financeiras e outros credores, com acordos de redução de dívida, entre os 50% e os 75%”, lê-se na nota.

Segundo os responsáveis da instituição de Vila Franca de Xira, “a persistência e a resiliência de uma gestão profissionalizada conseguiu colocar em prática a aprovação de mais uma

revitalização singular e inédita no Sector Social”.

Foi “graças a uma estreita colaboração com uma prestigiada entidade bancária, a qual reconheceu o valor e o trabalho por trás de uma gestão equilibrada, que a negociação teve um resultado positivo, mantendo o objetivo e a missão de garantir a viabilidade do futuro económico e financeiro” da Abei, que presta serviços a um universo de dois mil utentes, na área da educação, saúde e ação social.

Por isso, “a Direção da instituição realça a importância da concretização da reestruturação do serviço da dívida, contraída entre os anos 2008 e 2018, imprescindível para dotar a Abei dos investimentos futuros necessários à sua consolidação e crescimento orgânico, assegurando a continuidade nas respostas sociais e futuros desafios”, lê-se ainda na nota enviada à redação, na qual é destacada “a importância de garantir e dar continuidade às condições de trabalho diferenciado no Sector Social, frequentemente desvalorizado pelas suas baixas tabelas de remuneração”.

O PER foi votado por 93,34% dos créditos



(definitivos), sendo que 68,65% dos votantes expressaram-se “favoravelmente” à aprovação do Plano de Revitalização a 18 de novembro de 2025. O Plano de Recuperação foi proferido em 26 de novembro e transitou em julgado a 22 de dezembro de 2025.

“Este será, com certeza, um marco importante para a construção de uma Abei com um olhar no futuro e foco na resiliência, nos valores de uma instituição prestigiada, com mais de 50 anos a dar passos significativos na Inovação Social”, termina a nota.

ESCLARECIMENTO

Nome Casa do Gaiato foi impropriamente utilizado

A propósito da notícia publicada na última edição do Solidariedade, intitulada «Padre Arsénio Isidoro condenado a cinco anos», a Direção da Obra da Rua enviou-nos um esclarecimento sobre a utilização do nome Casa do Gaiato.

Começando por esclarecer que “os assuntos dessa notícia dizem respeito a questões posteriores à entrega da dita Casa ao Patriarcado de Lisboa, em 2006”, a instituição esclarece: “Acontece, porém, que tais acontecimentos ocorreram quando essa Casa mantinha impropriamente o nome de Casa do Gaiato, pois deixou de estar integrada na Obra da Rua ou Obra do Padre Américo”.

Como o assunto tem gerado “interpretações erróneas, A Obra da Rua sublinha que “essa Casa tem a denominação atual de Casa São Francisco de Assis, embora com o subtítulo de antiga Casa do Gaiato de Lisboa”.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE SANTARÉM

Luís Jacob tomou posse como novo presidente

Os novos órgãos sociais da União Distrital das IPSS (UDIPSS) de Santarém tomaram posse para o quadriénio 2026-2029, com a Direção a ser agora presidida por Luís Jacob, que sucede a Tânia Gaspar.

Numa cerimónia realizada no auditório da Estação Zootécnica Nacional, no Vale de Santarém, o novo presidente da UDIPSS escalabitana destacou “o trabalho desenvolvido pelas IPSS” e reforçou o “compromisso da UDIPSS com o fortalecimento da dinâmica social e o apoio às instituições do distrito de Santarém”.

Os novos órgãos sociais da UDIPSS Santarém são:

Mesa da Assembleia Geral - Presidente: José Simões Marques (CSP da Freixianda, Ourém); Primeiro Secretário: José Manuel Godinho Maia (Lar de São Mateus, Tomar); Segundo Secretário: Isabel Maria Paixão Salgueiro (Centro de Bem Estar Social da Serra de Santo António, Alcanena).

Conselho Fiscal - **Presidente:** Luís Manuel Silva Amaral (APPACDM de Santarém, Santarém); **Primeiro Vogal:** José Ribeiro Valbom (Centro Educativo e de Solidariedade Social EZ da Fonte Boa, Santarém); **Segunda Vogal:** Filipa Isabel Ferreira Martinho (A FARPA - Associação de Familiares e Amigos do

Doente Psíquico, Santarém); **Vogais suplentes:** Jorge Manuel Salgado Simões (Centro de Bem-Estar Social da Zona Alta de Torres Novas), David Coelho dos Ramos (CERE - Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento) e Alexandre José da Conceição Casaca Ferreira (Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz, Santarém).

Direção:

Presidente: Luís Manuel Jacob Jacinto (Associação Rede de Universidades da 3ª Idade – RUTIS, Almeirim); **Vice-Presidente:** David Pereira Catarino (Centro de Bem-Estar de Bairro, Ourém); **Secretário:** António Antunes Gaspar (Jardim de Infância do Cartaxo); **Tesoureiro:** José Carlos Ferrão Rodrigues (Centro de Bem-Estar Social de Vale de Figueira, Santarém); **Vogal:** Padre Ricardo Madeira (Centro Social Divino Espírito Santo, Torres Novas); **Vogais suplentes:** Fátima Catarina Pinheiro Vale (Centro Recuperação Infantil de Benavente), Nuno Miguel Marques Alfaite (Os Quatro Cantos do Cisne – Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário, Constância), Isabel Alves da Costa Vieira (Jardim Infantil de Ourém), Luís Pires (Associação Comunitária de Apoio à Terceira Idade de Mouriscas, Abrantes) e Rita Baltazar Paulo (Associação Social de São José da Lamasosa, Coruche).



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE

TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808

FAX.: 210 420 098 / 214 249 488

E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

PROGRAMA QUER RESPONDER AO PROBLEMA DAS ALTAS SOCIAIS

«Voltar a Casa» pretende ser uma nova resposta social

A Associação Vai Avante, de Gondomar, recebeu a apresentação do programa «Voltar a Casa», uma iniciativa legislativa do Partido Socialista que pretende dar (mais) uma resposta ao problema das pessoas que se mantêm internadas nos hospitais, apesar de terem alta médica.

“Procuramos dar corpo a um sonho, que é dar resposta às altas sociais”, começou por dizer Ana Mendes Godinho, deputada socialista e antiga ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, acrescentando: “O nome foi dado pelo padre Lino Maia e é uma resposta humana para quem já teve alta clínica, mas continua no hospital a aguardar alta social”.

«Voltar a Casa» surge pela razão de o programa das altas sociais, que o governo de António Costa criou, juntamente com as Entidades Representativas do Sector Social Solidário, “mas que agora está parado”, sublinhou José Luís Carneiro, secretário-geral do PS.

A proposta, que os socialistas querem levar ao Parlamento como Projeto-Lei, destina-se àquelas pessoas para quem as respostas existentes não são a solução. Assim, o que é proposto é a

criação de uma nova resposta social, a Residência de Transição.

“Este é um programa muito importante e visa um nicho de pessoas que estão abandonadas nos hospitais e que merecem ser tratadas com toda a dignidade”, referiu o presidente da CNIS, lembrando que “nem sempre as respostas existentes são as indicadas para determinadas pessoas”.

O que o «Voltar a Casa» pretende é que as pessoas cuja resposta indicada ou possível não seja o acolhimento familiar, o apoio domiciliário, a Estrutura Residencial Para Idosos, o Centro de Dia ou a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, encontrem uma solução na Residência de Transição, “sempre com prioridade à proximidade ao meio de vida da pessoa”, frisou Ana Mendes Godinho.

A intenção é criar residências em espaços das instituições sociais ou das autarquias, que possam ser adaptados para dar resposta até 10 utentes, num período máximo de dois anos, onde as pessoas recebem cuidados sociais e apoio de saúde até se conseguir uma solução definitiva, que pode passar pelo acolhimento familiar, por uma ERPI ou

Lar Residencial, pelo apoio domiciliário ou pelo Centro de Dia.

“A ideia é criar espaços onde as pessoas possam ser acompanhadas e não pretende ser uma resposta permanente, é uma resposta transitória para recuperarem e, então, serem encaminhadas para casa ou para outras respostas sociais”, sustentou o padre Lino Maia

Com esta resposta nova, os seus promotores pretendem “reduzir o tempo entre a alta clínica e a alta social, libertar camas hospitalares, evitar reinternamentos desnecessários, aumentar a autonomia, bem-estar e qualidade de vida dos utentes e reforçar a articulação entre saúde e ação social”.

No Projeto-Lei que o PS quer apresentar na Assembleia da República, quem sair de um hospital para as respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário ou ERPI, “o acordo de cooperação com a IPSS em causa tem uma atualização automática”, explicou Ana Mendes Godinho, “no sentido de não colocar em causa a sustentabilidade das instituições”.

“O que queremos garantir é que este seja um programa estrutural, para não estar ao sabor das mudanças de



governo”, afirmou a deputada, que enfatizou a importância de no Parlamento haver disponibilidade para aprovar “uma lei que é importante para dar resposta a um problema, crescente”, lembrando ainda “o envelhecimento da população portuguesa.

A proposta, de momento fixa, em 1.800 euros mensais o valor a pagar pelo Estado por cada utente da Residência de Transição, “naturalmente, sujeito àqueles indexantes habituais nas atualizações”, acrescentou.

Para José Luís Carneiro, “este é um compromisso com aqueles que estão a

viver situações de fragilidade”, terminando a lançar a ideia de “uma resposta dedicada às famílias”, em especial aquelas, com pessoas na casa dos 50 anos, “que ainda têm filhos ao seu cuidado e têm também que começar a cuidar dos pais”.

A apresentação do programa «Voltar a Casa» contou, entre muitos autarcas e representantes de IPSS do concelho, com a presença do anfitrião Fernando Duarte, presidente da Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, e Luís Filipe Araújo, presidente da Câmara Municipal de Gondomar.

Opinião

Manuel Moreira

Presidente do Secretariado Regional do Porto da União das Misericórdias Portuguesas e Provedor da SCM de V. N. de Gaia



A lei do financiamento das respostas sociais impõe-se

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, têm assumido um papel insubstituível na promoção da ação social, na proteção dos mais vulneráveis e na garantia de serviços essenciais às comunidades. Contudo, todos reconhecemos que a crescente complexidade das respostas sociais, as exigências normativas e a pressão financeira que recai sobre as Instituições colocam em risco a continuidade e qualidade do nosso trabalho.

É neste enquadramento que se torna particularmente relevante o anúncio feito em **Junho de 2024, pelo Senhor Primeiro-Ministro, Dr.**

Luís Montenegro, dando conta de que o Governo assumiu como um dos seus desígnios a criação de uma **Lei do Financiamento do Setor Social e Solidário**. Trata-se de uma iniciativa oportuna, necessária e ousada, que deve merecer de todos os parceiros da economia social uma posição clara, construtiva e mobilizadora.

1. Enquadramento e justificação

As Instituições Particulares de Solidariedade Social continuam a assegurar uma vasta rede de respostas sociais – creches, lares, centros de dia, cuidados continuados, apoio domiciliário, entre muitas outras – que representam um pilar fundamental da proteção social em

Portugal. No entanto:

O financiamento destas respostas tem sido marcado por **inconsistências, atualizações insuficientes e um modelo de cooperação que não acompanha a evolução real dos gastos**;

A ausência de um quadro legal estruturante impede que as Instituições possam planear a médio e longo prazo, condicionando investimentos, modernização e estabilidade das equipas;

As negociações anuais de participações continuam a revelar-se insuficientes para garantir a sustentabilidade das respostas.

A criação de uma verdadeira **Lei do Financiamento das Respostas Sociais** permitir-nos-á ultrapassar este ciclo de imprevisibilidade e afirmará um princípio essencial: **o Estado deve reconhecer e financiar de forma justa, transparente e estável os serviços que delega no Setor Social e Solidário**.

2. Objetivos Estratégicos da Lei

Propomos que a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a União das Mutualidades Portuguesas

(UM) e a Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL (CONFECOOP), defendam junto do Governo, que este avance urgentemente com a criação da **Lei do Financiamento das Respostas Sociais**, que garanta:

Previsibilidade e estabilidade - Definição clara de modelos de financiamento plurianual que permitam às Instituições planear e investir.

Transparência e equidade - Cálculo das participações baseado em custos reais e atualizações automáticas indexadas a indicadores objetivos.

Sustentabilidade financeira - Reconhecimento dos encargos estruturais das respostas sociais e valorização adequada dos profissionais.

Simplificação e desburocratização - Mecanismos mais simples de contratação, reporte e monitorização, sem perda de rigor.

Proteção da identidade e autonomia das Instituições - Reforço da parceria estratégica entre Estado e Setor Social e Solidário, respeitando a Missão das Instituições.

Conclusão

A Confederação Nacional das

Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL (CONFECOOP), devem participar ativamente na construção da referida proposta legislativa, apresentando contributos técnicos e defendendo um modelo de financiamento que garanta a estabilidade, previsibilidade e sustentabilidade das diversas Instituições.

Reafirmamos o compromisso de cada uma das Instituições, no cumprimento da sua nobre missão, para assegurar a qualidade dos serviços prestados, a responsabilidade social e a sua parceria histórica com o Estado na prossecução do bem comum.

A Lei do Financiamento das Respostas Sociais representa uma oportunidade histórica para reforçar a solidez do Setor Social e Solidário e para garantir que as diferentes Instituições continuam a cumprir, com dignidade e eficiência, a sua missão secular. É nossa responsabilidade coletiva contribuir para que esta lei seja robusta, justa e verdadeiramente transformadora.

Opinião

Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde



“O Chão Comum”

1 – Por uma feliz conjugação de circunstâncias, temos António José Seguro eleito Presidente da República, para suceder a Marcelo Rebelo de Sousa no cargo mais elevado da estrutura política do Estado.

À 2ª volta, António José Seguro foi eleito com o voto de mais de 66% dos eleitores.

Como ele próprio referiu, começou com as sondagens a conceder-lhe 6% dos votos, para acabar, segundo o veredito das urnas, com o voto livre de dois terços dos eleitores – e a vitória eleitoral.

Faz lembrar Mário Soares, que, na sua primeira eleição como Presidente da República, partiu de uma derrota provável para acabar eleito Presidente na campanha porventura mais emocionante a que nos foi concedido assistir (e em que tive a honra de participar, pela candidatura de Francisco Salgado Zenha).

O programa que António José Seguro apresentou a sufrágio, acompanhado das diversas intervenções e debates em que participou durante a campanha, pode resumir-se a algumas ideias-chave, ou tópicos, uns mais importantes do que outros, que confiamos que o novo Presidente queira cumprir.

Talvez a ideia mais forte que tenha persistido como estruturante do programa de acção do novo Presidente seja a defesa da Constituição de 1976, diploma que consagra os valores progressistas da Revolução do 25 de Abril e que estabelece a forma de democracia representativa como a matriz da organização do Estado, com a adopção do modelo semi-presidencialista no que toca às relações entre o poder moderador do Chefe de Estado e o poder executivo, a cargo do Governo.

2 - Trata-se de um modelo que tem funcionado bem, na medida em que tem constituído um limite

às discricionariedades dos diversos Governos que têm assegurado o pastoreio da Pátria, constituindo uma válvula de escape das tensões que a coexistência de dois poderes dotados de legitimidade eleitoral universal sempre será apta a desenvolver.

A recente eleição de António José Seguro, como candidato independente e numa candidatura alheia a patrocínios partidários, é um bom exemplo das virtualidades do actual sistema.

[Tem-se manifestado em alguns sectores uma hipótese de revisão constitucional que converta o regime híbrido do semi-presidencialismo num sistema de base parlamentar.

Tal reconversão teria como pressuposto a mudança do

modo de eleição do Presidente da República, cessando a eleição directa do titular do cargo e fazendo-o eleger por um colégio restrito, de base parlamentar, esvaziando os poderes presidenciais da força do voto conferido pela eleição directa e uninominal do respectivo titular.

Creio que tal projecto estará votado ao insucesso, pelo menos enquanto houver quem se lembre das eleições presidenciais de 1958, entre Humberto Delgado e Américo Tomás, que foram ganhas nas urnas pelo General e pelo Almirante na Secretaria.

Foi tal o susto que o Regime da Ditadura do Estado Novo fez cessar a eleição directa do Presidente da República, passando o Presidente a ser eleito por um colégio eleitoral composto pelos deputados à Assembleia Nacional e pelos procuradores à Câmara Corporativa].

3 – Aos valores, princípios e normas constitucionais que António José Seguro escolheu como estruturantes do seu programa de candidatura chamou o novo Presidente “o nosso chão comum” – querendo com isso significar que se trataria, em seu entender, de um conjunto de disposições aceites

pela generalidade dos portugueses como invariáveis, por configurarem as bases do sistema político-constitucional e democracia representativa que nos regem.

Tal pronúncia tem particular sentido quanto é certo que se foram ouvindo algumas vozes – mais à direita do que à esquerda – a reclamar uma revisão da Constituição que desfiguraria o texto e os princípios da Lei Fundamental.

No seu discurso de vitória, o novo Presidente repetiu várias vezes a expressão, tal significando a vontade de convergência de todos nos valores fundamentais do sistema que nos organiza a pertença ao mesmo País, em consonância com a proclamação de António José Seguro de que será, como o foi Mário Soares, o Presidente de todos os portugueses.

Parece que teve sucesso o apelo: pouco depois de Seguro, até André Ventura, no discurso com que encerrou a noite, se referiu a “o nosso chão comum” como sendo também o seu!

4 – Ficou-me uma desilusão: Num programa moldado no cumprimento e defesa da Constituição, esperar-se-ia a

recuperação do imperativo constitucional que determina a regionalização do nosso País.

Pensava eu, aliás, que os sinais dados por Seguro, ao renunciar aos salões da capital e ir viver e trabalhar para a província, ao escolher as Caldas da Rainha como palco dos principais momentos da campanha, ao solidarizar-se com as vítimas das tempestades que têm assolado o interior do nosso território, pensava eu que era desta vez que vinha, pelo menos, uma proposta de debate sobre o assunto.

Tal proposta teria, além do mais, um alto significado simbólico, numa altura em que Marcelo Rebelo de Sousa cessa funções – ele que foi apresentado por António Costa como responsável pelo abandono pelo PS da promessa de regionalização, no início do 1º mandato.

Luís Montenegro já fez como António Costa, afirmando que, até ao fim do presente mandato do Governo – daqui a três anos e meio – a Regionalização não estará na agenda do PSD nem do Governo.

A não ser que venha a estar por outra via – pelo Palácio de Belém.





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 🚚

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt

EDUARDO GRAÇA, PRESIDENTE DA CASES

A liberdade de associação não dispensa o apoio do Estado

No dia 28 de novembro de 2025, o Governo anunciava que pretende retirar-se de cooperante da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), onde tem uma participação de 60%.

Apanhado de surpresa, Eduardo Graça, presidente da CASES, mostra-se esperançado que uma solução será encontrada pelos demais cooperantes, mas não deixa de ser crítico da decisão do Estado.

“O sector da Economia Social tem consagração constitucional, corresponde a um universo de 74 mil entidades, tem um contributo para a riqueza nacional superior a 3% do VAB e tem um fortíssimo papel na criação de emprego. Agora, o Estado sente que este sector não tem a necessidade de dispor de uma entidade pública que lhe é dedicada?”, questiona, fazendo uma comparação: “O IAPMEI corresponde ao universo das pequenas e médias empresas do sector privado lucrativo e o Estado aí tem uma presença. E, então, a Economia Social? A liberdade de associação dispensa o apoio do Estado? Não dispensa, antes o exige. O sector privado lucrativo necessita do apoio do Estado?”.



SOLIDARIEDADE - Como, quando e como tomou conhecimento da decisão do Governo de sair da CASES?

EDUARDO GRAÇA - Soube no dia em que o Governo anunciou publicamente a medida. Não houve nenhum contacto prévio, apenas no dia a seguir um telefonema da secretária de Estado da Ação Social.

Ficou surpreendido?

Sim... Aguardava que no contexto atual, com a entrada do novo Governo, fossem tomadas medidas de organização da CASES, mas não medidas deste tipo.

O Governo defende que o sector da Economia Social “hoje já está consolidado”. É uma justificação aceitável?

É daquele tipo de considerações que se podem sempre fazer em relação a todos os sectores. Aquilo que está a ser debatido a este propósito é a questão de saber se deve existir ou não uma entidade de natureza pública dedicada ao sector cooperativo e social, na designação da Constituição, ou da Economia Social, na designação da Lei de Bases da Economia Social, mas que corresponde à mesma realidade. Esta é a questão de fundo que está aqui presente. Aquilo que tenho dito é que, desde o 25 de Abril, sempre existiu uma entidade de natureza pública que tinha como objetivo a promoção e o desenvolvimento, primeiro, do sector cooperativo e, depois, com a criação da CASES, que sucedeu ao INSCOOP, da Economia Social. Sempre existiu a vontade do Estado em ter uma entidade pública dedicada à Economia Social, a não existência da mesma é uma descontinuidade em relação ao que é o histórico do sector em Portugal.

Esta justificação é como se o Estado encarassem a CASES como uma Estrutura de Missão, que não o é?

Que não o é. Podemos discorrer acerca desta questão, mas a CASES quando foi criada, em 2010, correspondia a uma solução de alargamento da preocupação do Estado face a um sector que, na Europa, já era considerado como da Economia Social, juntando um leque alargado de famílias, que não apenas o sector cooperativo. Era uma continuidade do INSCOOP alargada a toda a Economia Social e que não tinha uma missão específica, mas uma estrutura que devia ser tendencialmente permanente na relação com o sector.

O Governo diz que o Sector da Economia Social já tem estruturas “capazes de assegurar de forma autónoma a prossecução das atribuições inicialmente cometidas à CASES”. O Estado antevê o fim da CASES?

O fim da CASES enquanto entidade com a formatação de cooperativa de interesse público. A exoneração da participação do Estado da CASES significa que, enquanto entidade de natureza cooperativa de interesse público, deixa de existir, porque o Estado sai.

No entanto, mostra-se disponível para continuar a apoiar a CASES. Como vê esta aparente contradição?

Não tenho ainda informação suficiente para poder analisar esse tipo de ideia. Tenho perceções, informações parciais, mas informação estruturada não tenho, mas o que foi dito, desde início, pelo Estado foi que a exoneração da sua participação da CASES

não significava o fim da CASES. Terá outra natureza jurídica. Se a CASES continuar será com outra forma jurídica e deixará de poder exercer o seu papel nas áreas em que tem atribuições públicas.

Em termos financeiros a situação poderá complicar-se, uma vez que o Estado tem uma participação de 60%?

Claro, a CASES é financiada pelo Orçamento do Estado. No entanto, com outra ordem jurídica podem ser tomadas medidas no sentido de assegurar o financiamento.

Efetivando-se a saída do Estado como cooperante, que cenário antevê?

Penso que o que está na mente do Governo, nesta fase em que estamos, é garantir que a CASES continue a existir sob outra forma jurídica, perdendo as áreas de intervenção pública.

Não antevê, então, o fim da CASES?

Não, nunca entendi que o Governo não tivesse em mente a continuidade da CASES sob outra forma.

Qual o feedback que tem recebido dos outros cooperantes?

São críticos em relação à solução e metodologia adotadas.

O Governo prevê a distribuição de algumas atribuições da CASES por departamentos da Segurança Social. Disse no Parlamento que acha isso impossível, porquê?

É possível, mas a questão está em que o sector

carece de uma entidade que promova as lógicas que têm sido implementadas desde 2010, no sentido de haver uma congregação de esforços entre as diversas famílias da Economia Social. Tudo o que apontar para a dispersão é contrário ao seu reconhecimento, pela sociedade e pelos poderes públicos, e auto-reconhecimento, ou seja, haver maior capacidade dos seus próprios dirigentes em se reconhecerem enquanto dinamizadores de um movimento, que tem muitos pontos em comum e que, em certo sentido, é uno.

Uma das suas primeiras preocupações prende-se com o futuro dos 33 trabalhadores da CASES...

Todos os trabalhadores, à exceção de dois, têm contratos individuais de trabalho sem termo. Foi a opção escolhida na altura. Quem assinou os contratos todos fui eu e outro membro da Direção e a minha preocupação decorre de ter sido eu a confirmar a contratação, no sentido de que era um vínculo a sério e que perduraria no tempo. Todas as questões relacionadas com o rompimento deste vínculo, para mim, são críticas. É preciso assegurar que não aconteça, seja qual for o futuro da CASES. Além do mais é uma equipa muito qualificada, relativamente jovem, que tem feito trabalhos relevantes, que tem especializações que não são comuns e é preciso garantir que estas capacidades não se perdem. Isso seria o limite de uma gestão distópica.

Está otimista ou pessimista?

Estou realista, as coisas têm de se enfrentar e que se resolver.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade**

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:
jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedrosa

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

CHEFE DE ESTADO ELEITO COM O MAIOR NÚMERO DE VOTOS DE SEMPRE

António José Seguro é o Presidente da República que se segue

António José Seguro foi eleito Presidente da República, no dia 8 de fevereiro, com cerca de 3,48 milhões. André Ventura, o outro candidato, obteve mais de 1,7 milhões de votos. O Presidente da República eleito alcançou uma percentagem próxima dos 67%. António José Seguro tornou-se no sexto Presidente da República eleito da história da democracia com o maior número de votos alcançado por um candidato presidencial. No dia seguinte às eleições presidenciais o ainda chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, reuniu, durante mais de três horas, no Palácio de Belém, com o Presidente da República eleito, António José Seguro, para discutir assuntos de política nacional e internacional. Segundo uma nota publicada no sítio oficial da Presidência da República na Internet, “na reunião foram abordados assuntos de política nacional e internacional, que vão requerer a atenção prioritária do novo Presidente, bem como outros assuntos relativos à transição dos mandatos”.

António José Seguro vai tomar posse no dia 9 de março perante a Assembleia da República, como estabelece a Constituição, como o sexto Presidente da República eleito em democracia, depois de António Ramalho Eanes (1976-1986), Mário Soares (1986-1996), Jorge Sampaio (1996-2006), Aníbal Cavaco Silva (2006-2016) e Marcelo Rebelo de Sousa (2016-2026).

Seguro afirmou, no discurso de vitória, que será um “Presidente exigente”, mas jamais será “um contrapoder” ou oposição. No Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha, Seguro, questionado sobre a duração da legislatura, garantiu: “não será por mim que ela será interrompida”. “Prometi a lealdade e cooperação institucional com o Governo. Cumprirei a minha palavra. Jamais serei um contrapoder, mas serei um Presidente exigente com as soluções e com os resultados”, enfatizou.

Seguro prometeu também que “não falará por tudo e por nada”, mas que, quando o fizer, “será para defender o interesse público, garantir a independência nacional e assegurar as condições do exercício da soberania” do país, porque “a palavra do Presidente terá peso e consequência”.

CNIS SAÚDA SEGURO E DESPEDE-SE DE MARCELO

O Presidente da CNIS fez questão de endereçar mensagens ao chefe de Estado eleito e ao cessante. O padre Lino Maia não esquece nem o percurso nem as origens de António José Seguro e confia nos seus valores humanistas assentes solidamente em fundações democráticas: “E dessas ideias avulta, como grande princípio de enquadramento, a defesa da Constituição de Abril; com variações sobre o mesmo tema, recolhendo do contributo constitucional o fôlego para algumas ideias fortes e justas, que andam por vezes esquecidas: o direito à saúde para todos, a



ambição da igualdade remuneratória entre homens e mulheres, o estímulo à fixação dos jovens para se poderem manter em Portugal, com remunerações justas e habitação acessível para as novas famílias, a promoção da coesão territorial – com a defesa do interior do País, despovoado, pobre, despojado de serviços essenciais e principal vítima das catástrofes naturais, como as inundações e os incêndios –, a proteção dos mais novos e dos mais velhos.

São ideias fortes que também integram o elenco das prioridades das Instituições Particulares de

Solidariedade Social e da sua Confederação, que saúda o Presidente da República eleito, a quem deseja um mandato que atinja os propósitos que constam do programa eleitoral, para bem de Portugal.

As IPSS e a CNIS manifestam a sua disponibilidade para colaborar nos objetivos referidos, sempre no pressuposto de que a sua ação deve privilegiar os mais desfavorecidos.

Na mensagem para Marcelo Rebelo de Sousa o Presidente da CNIS não esquece a consideração e o reconhecimento que sempre manifestou ao Sector Social Solidário:

“As Instituições, e a sua Confederação, puderam contar sempre com a sua cumplicidade nas ocasiões – e são muitas – em que a cooperação com o Estado não era tratada por este com a devida lealdade.

Nesta ocasião, em que cessa as altas funções de Primeiro Magistrado de Portugal, a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – agradece ao Professor Marcelo Rebelo de Sousa o seu apoio de sempre às causas da Solidariedade e a compreensão que também sempre manifestou pelos seus valores e pelas suas lutas.”

Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TEL: 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt

Parceiro Oficial **Miele**